

A NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NA FOLHA DE S. PAULO

THE JOURNALISTIC NARRATIVE ABOUT SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN IN FOLHA DE S. PAULO

Vivian Teixeira de FARIA¹

Aléxia Silva SARAIVA²

Luciana PANKE³

Universidade Federal do Paraná | Brasil

Resumo

O artigo consiste em uma análise de enquadramentos noticiosos nas coberturas da Folha de S. Paulo sobre os casos de abuso sexual de Roger Abdelmassih (2009) e João de Deus (2018). A análise de seis variáveis derivadas da definição de enquadramento de Entman (1993) em 53 matérias mostrou que, em ambos os casos, os enquadramentos dominantes foram episódicos, sem observar o contexto dos abusos. Entretanto, a investigação apontou uma ligeira melhora na segunda cobertura. Inferimos que a pauta feminista contemporânea colaborou para aprofundar discussões de gênero.

Palavras-chave

Enquadramento noticioso; violência sexual contra a mulher; Folha de São Paulo; Roger Abdelmassih; João de Deus.

Abstract

The article consists of an analysis of news frames in Folha de S. Paulo's coverage of Roger Abdelmassih (2009) and John of God (2018) sexual abuse cases. The analysis of six variables derived from Entman's (1993) definition of framing in 53 articles showed that, in both cases, the dominant frames were episodic, i.e., did not observe the context of the abuses. However, the investigation pointed to a slight improvement in the second coverage. We infer that the contemporary feminist agenda collaborated to deepen gender discussions.

Keywords

News frames; sexual violence against women; Folha de S. Paulo; Roger Abdelmassih; João de Deus.

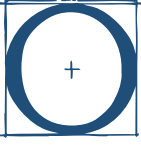
RECEBIDO EM 30 DE AGOSTO DE 2019
ACEITO EM 30 DE OUTUBRO DE 2019

¹ JORNALISTA. Mestranda em Comunicação e Política pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Orientação: Prof. Dra. Luciana Panke. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral. Contato: viviantdefaria@gmail.com.

² Mestranda em Comunicação e Política pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Orientação: Prof. Dra. Carla Candida Rizzotto. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política. Contato: alexiasrv@gmail.com.

³ Pós-doutorado em Comunicação Política (UAM-México), doutorado em Ciências da Comunicação (USP). Professora do Departamento de Comunicação UFPR e do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral. Vice-Presidenta da Associação Latinoamericana de Investigadores em Campanhas Eleitorais. Contato: panke@ufpr.br

Introdução

 jornalismo é um dos vários atores sociais que contribuem para a construção – e reconstrução contínua – da sociedade. Ele o faz a partir da forma como seleciona os acontecimentos do cotidiano, dando subsídios para que os indivíduos se relacionem com essas ocorrências. É possível afirmar que sociedade e jornalismo se influenciam mutuamente na construção dos fenômenos sociais.

Considerando o tema da violência sexual contra a mulher, este artigo examina como o jornal Folha de S. Paulo noticia o tema para então discutir quais elementos oferece aos leitores. O trabalho pretende entender também se, com o aumento da visibilidade das pautas feministas desde as manifestações brasileiras de junho de 2013 (BOGADO, 2018), houve alguma mudança no enquadramento da violência sexual contra a mulher.

Esses questionamentos surgem a partir do entendimento de que a violência sexual é um dos instrumentos de manutenção do patriarcado. A atual forma de organização social é uma consequência deste sistema no qual o homem detém poder simbólico, econômico e físico, não apenas sobre as mulheres, mas igualmente em relação a outras pessoas. Portanto, mantém uma relação estreita entre capitalismo, machismo e política. “En las sociedades patriarcales, son relaciones de poder que se establecen de entrada en detrimento de las mujeres. Sexo y política están, pues, íntimamente vinculados” (GARRETAS, 1995, p.14). Nesta forma de organização social, o poder está “automaticamente” associado ao homem, que, portanto, vê a mulher como propriedade.

Neste sentido, o sentimento masculino de posse se relaciona com outro estereótipo de masculinidade, no qual, para Heleieth Saffioti (2004), há condicionamentos sociais que induzem muitos a acreditar que a sexualidade masculina é incontrolável. Carole Pateman (1993) argumenta que esta lógica está no que chama de contrato sexual, que estabelece um “acesso

sistemático dos homens ao corpo das mulheres” (1993, p. 17), e é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. Como consequência, o estupro, o assédio e todas as formas de violência contra as mulheres são “normalizados”.

O jornalismo, na perspectiva construcionista, pode auxiliar a enfatizar a culpabilidade das vítimas ou a minimizar os atos sofridos. As discussões que propomos se baseiam na análise de dois casos específicos de violência sexual contra mulheres no Brasil: o do médico Roger Abdelmassih, preso em 2014 e condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes; e do médium João de Deus, preso em 2018 após ser alvo demais de 500 denúncias de abuso sexual. Entre eles, há em comum o fato de que os acusados são homens brancos detentores de grande poder, prestígio, dinheiro e capital social – o que, como veremos, fez com que as vítimas tenham enfrentado um processo de descrédito e de longo silêncio antes de, enfim, denunciarem os abusos às autoridades.

Notícias enquadram o mundo

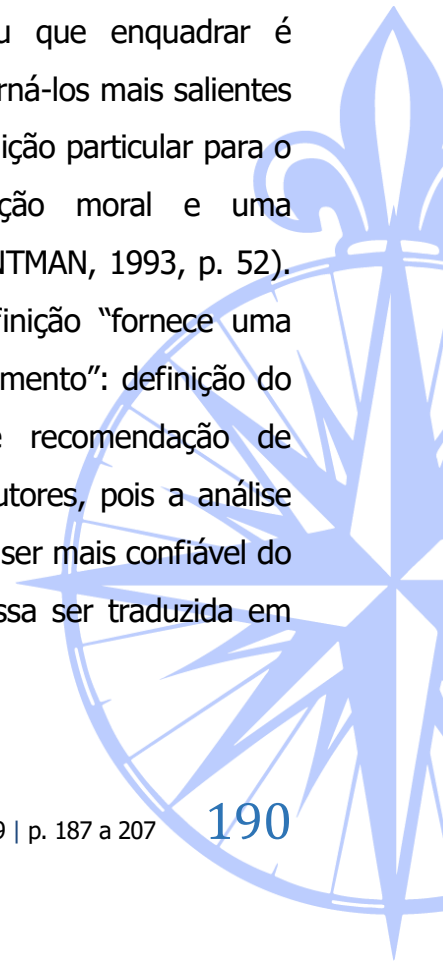
A noção de enquadramento nasceu de uma corrente de estudos das ciências humanas, especialmente da sociologia, que sentiu a necessidade de analisar como experiências de vida eram organizadas e qualificadas pelos indivíduos. Identificou-se que eles atribuíam sentido a essas experiências através de “esquemas de interpretação” ou “quadros de sentido”. A corrente teve como expoente o livro *Frame Analysis*, de Ervin Goffman (1974), cuja influência residia na corrente sociológica do interacionismo simbólico. A teoria de Goffman explica que tendemos a perceber eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui? ”.

Quando, no fim da década de 1970, Gaye Tuchman escreveu sobre a construção da realidade a partir das notícias, contribuindo para o desenvolvimento das teorias construcionistas do jornalismo e a superação

tanto da ideia de que as notícias eram reflexo quanto de que eram distorções da realidade (TRAQUINA, 2005), ela afirmou que as “notícias são as janelas do mundo” (TUCHMAN, 1978). Conforme a autora, todas as características dessas janelas - assim como de quem as construiu e de quem observa o mundo através delas - influenciam o que é visto e, assim, a forma como as pessoas se relacionam com os acontecimentos do mundo. Assim, Tuchman entende as notícias como enquadramentos da realidade, ou seja, como princípios de organização que selecionam partes da realidade, transformando acontecimentos em eventos definidos e direcionando, em maior ou menor grau, como as pessoas os percebem e se relacionam com eles.

Originário da psicologia com estudos de Gregory Bateson e sistematizado na sociologia por Goffman, o conceito de enquadramento foi integrado ao campo da comunicação como instrumento que possibilitaria compreender o papel da mídia - e, mais especificamente, do jornalismo - na definição e construção da realidade (PORTO, 2002).

Uma definição que passou a ser muito utilizada (MENDONÇA, SIMÕES, 2012) foi a de Entman, que estabeleceu que enquadrar é “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto noticioso, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52). De acordo com Matthes e Kohring (2008), essa definição “fornece uma definição operacional clara dos elementos do enquadramento”: definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento. Isso é visto como uma vantagem pelos autores, pois a análise dos enquadramentos a partir destes elementos tende a ser mais confiável do que uma feita a partir de uma definição que não possa ser traduzida em indicadores empíricos.



Serão utilizados neste trabalho a definição de Entman associada à classificação feita por De Vreese (2005), que dividiu os enquadramentos entre *generic* e *issue-specific news frames*, ou seja, aqueles que são amplos e podem ser aplicados a coberturas de temas diversos, em diferentes tempos e vários locais, em oposição aos que se relacionam diretamente ao tema das notícias pesquisadas. Mais especificamente, a análise será do tipo *issue-specific*, focado no tema da violência sexual contra a mulher, já que este é o tipo de investigação que, conforme Rizzotto, Antonelli e Ferracioli (2016), permite “uma abordagem muito mais detalhada do tópico narrado nas matérias analisadas, cobrindo alguns aspectos de seleção e relevância dos temas que são típicos daquela discussão” (Ibid., p. 89). A análise será feita a partir de variáveis derivadas da definição de Entman e de questões sobre a violência sexual contra a mulher.

Outras noções estabelecidas por Entman que também são importantes para a análise de enquadramento – e que são utilizadas neste trabalho – são as de seleção e saliência. A primeira diz respeito a todas as escolhas relacionadas à produção do texto, enquanto a segunda trata do ato de fazer com que as informações selecionadas pareçam “mais noticiáveis, significativas ou memoráveis para as audiências” (ENTMAN, 1993, p. 53) por meio da localização das informações no texto, da repetição e da associação a símbolos culturalmente familiares. Desta forma, aumenta-se a probabilidade de os receptores perceberem, discernirem e memorizarem essas informações. Tão importante quanto mostrar algo, é omitir. Conforme o autor, as ausências “podem ser tão críticas quanto as inclusões na orientação do público-alvo” (Ibid., p. 54). Por isso, consideramos tanto o que aparece nos textos quanto o que não está presente neles.

Violência sexual contra a mulher

A violência sexual é um fenômeno universal sem restrições de sexo, idade, etnia ou classe social, embora seja um problema que atinja

preponderantemente as mulheres e, de forma ainda mais recorrente, as jovens e as adolescentes (FACURI et al., 2013). Os crimes sexuais, estudados sob a ótica da violência de gênero, compreendem uma atitude de dominação do masculino sobre o feminino enquanto consequência de papéis construídos socialmente e exercidos pelo gênero. As violências de gênero não ocorrem de forma isolada e compreendem diferentes dimensões: física, sexual, emocional e moral (SAFFIOTI, 2004).

No Brasil, os dados demonstram o tamanho deste problema: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, foram registrados 61.032 estupros em 2017 no país – um caso a cada 8,6 minutos, taxa 10% maior em relação ao ano anterior. O Atlas da Violência 2018 estima ainda que o número de estupros reportados represente de 10% a 15% da real incidência no Brasil – o que projetaria um número anual entre 300 e 500 mil casos. Além disso, o documento ressalta: “A força física e as ameaças foram, em grande parte, o meio empregado para coagir a vítima” (IPEA/FBSP, 2018, p. 68).

Para Saffioti (2004), as mulheres são socializadas na ordem patriarcal de gênero, o que faz com que sejam atribuídas qualidades positivas aos homens, enquanto as mulheres frequentemente recebem qualidades negativas. A pesquisadora defende que a identidade social da mulher (bem como a do homem), “é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Esta é uma visão também defendida por Beauvoir (2016), que explica que o papel biologicamente agressivo do homem acarreta diretamente na sua situação privilegiada. Ao cumprir as funções sociais de chefe em diferentes momentos na sociedade, as diferenças fisiológicas adquirem um novo sentido. “Por ser, neste mundo, soberano, o homem reivindica como sinal de sua soberania a violência de seus desejos; diz-se de um homem

dotado de grandes capacidades eróticas que é forte, que é potente” (Ibid., p. 128). Essa força se estende de forma física à dominação dos corpos das mulheres, de modo que elas acabam invariavelmente vistas como submissas, enquanto os homens seriam incontroláveis em seus desejos sexuais.

Ao englobar diferentes âmbitos da sociedade, a ideologia patriarcal chega também ao campo jurídico. Saffioti (1987) defende que o julgamento de criminosos envolvidos em crimes de gênero sofre a influência desta mentalidade, e frequentemente são atribuídas às vítimas falsas acusações, duvidando do seu caráter e de seus depoimentos. O contexto social e histórico que favorece a figura do homem acaba disfarçando as práticas violentas e misóginas, porque são legitimadas como um “direito masculino”, “honrando os homens em sua virilidade” (BLAY, 2008). Além disso, a negação da mulher ao desejo do homem é vista, muitas vezes, como uma maneira de sedução. “Sus resistencias se interpretan como una forma particular de seducir, de manera que un ‘no’ se considera como un ‘sí’ y se da por supuesto que las mujeres siempre están dispuestas a satisfacer sexualmente los requerimientos masculinos” (RODRÍGUEZ; AYTER, 2007, p. 73). A frequente culpabilização da vítima também decorre disso.

Segundo Mello (2016), essa ideologia está institucionalizada e protegida por leis, legitimando a dominação masculina. Para ela, é possível observar um desfavorecimento da mulher na perspectiva do Direito, uma vez que ele historicamente foi escrito tendo o homem como o suporte da sociedade e, portanto, diminui o papel da mulher e precariza os mecanismos de combate à violência contra elas.

No Brasil, desde os anos 1970 o movimento feminista procura modificar a legislação para tornar menos brandas as leis que enquadram a violência de gênero. A Lei do Feminicídio (Lei nº13.104/2015) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), por exemplo, são vitórias inseridas em uma série de conquistas de gênero que ocorrem na América Latina desde os anos

1990 reconhecendo a violência contra a mulher como um problema a ser combatido (CAMPOS, 2015). Esses pontos colaboraram para uma criminalização de um espectro mais amplo dos tipos de violência sofridos em decorrência da desigualdade de gênero.

Contextualização

Conforme mencionado anteriormente, o artigo faz a análise da cobertura dos casos Roger Abdelmassih e João de Deus. O primeiro veio à tona em janeiro de 2009, através de denúncias contra o médico pioneiro da fertilização in vitro. O começo da investigação se deu pela Delegacia de Defesa da Mulher e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que recolheram depoimentos de oito ex-pacientes e de uma ex-funcionária. Todas acusavam Abdelmassih de abuso, e alguns depoimentos coincidem em relatar que o médico se aproximava enquanto as pacientes ainda estavam sedadas.

O primeiro jornal a noticiar o caso foi a Folha de S. Paulo, depois de entrevistar três das mulheres que falaram à polícia⁴, em texto publicado em 9 de janeiro de 2009. Na sequência, mais vítimas denunciaram o médico. Abdelmassih foi condenado a 278 anos de prisão em novembro de 2010 por 48 estupros de 37 pacientes, mas passou três anos foragido. Foi preso em agosto de 2014 no Paraguai, e em outubro do mesmo ano teve sua pena revista para 181 anos.

O segundo caso analisado foi publicado em dezembro de 2018. Relatos de abuso sexual que datam da década de 1980 até outubro de 2018, feitos por centenas de mulheres, levaram o famoso médium João de Deus a ser preso, o que tornou o caso o maior escândalo sexual do país⁵. João de

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200925.htm>. Acesso em 12 de abril de 2019.

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/se-relatos-se-confirmarem-caso-joao-de-deus-sera-maior-escandalo-sexual-do-pais-diz-promotor-23307471>. Acesso em 9 de abril de 2019.

Deus é conhecido internacionalmente pelos atendimentos espirituais que realizava em Abadiânia (GO).

Apesar de já ter sido acusado de outros crimes anteriormente⁶, foi a partir de denúncias feitas no programa de televisão Conversa Com Bial, que foi ao ar no dia 7 de dezembro de 2018, e no jornal O Globo, publicadas no dia 8, que se desenrolou a sequência de acontecimentos que levou o médium à prisão. Nos depoimentos, as mulheres também ressaltam sua vulnerabilidade mediante o contexto, o que fez com que, por medo ou vergonha, muitas não denunciasses imediatamente os crimes cometidos. “Muchas mujeres creen que de alguna manera merecían el maltrato y se sienten culpables al mismo tiempo que avergonzadas de haber sufrido la violencia” (RODRÍGUEZ; AYTER, 2007, p.53).

Na sequência, mais de 500 mulheres relataram denúncias. João de Deus se entregou às autoridades no dia 16 de dezembro de 2018, alegando inocência.

A violência sexual na FSP

O corpus é composto por 53 matérias publicadas na Folha de S. Paulo: 13 do caso Roger Abdelmassih e 40 do caso João de Deus⁷. O veículo foi o escolhido por ser o *quality paper* de maior circulação nacional, além de ter sido o primeiro a noticiar o caso Abdelmassih. O período escolhido para análise foi o de 30 dias a partir da primeira notícia sobre cada caso, como forma de se restringir a uma cobertura mais factual do tema. Os textos foram encontrados a partir de buscas feitas no site da Folha de S. Paulo, usando como palavras-chave o nome dos denunciados. Não foram analisados textos opinativos e matérias que integravam editorias secundárias na cobertura.

⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/cotidiano/4.html>>. Acesso em 9 de março de 2019.

⁷ A divergência se dá pela evolução da importância do ambiente digital nos *quality papers* durante os últimos dez anos. Se, antes, as matérias saíam primeiramente no jornal impresso, a lógica do *mobile first* passou a ser dominante no presente. Desta maneira, é natural que a cobertura de 2018 tenha consideravelmente mais publicações que a de 2009, sem que esta diferença numérica influencie no corpus analisado - já que se comparam, justamente, as diferenças entre o enfoque das coberturas.

Desta maneira, se mantiveram apenas publicações que tratavam das acusações dos réus pelas vítimas, além dos fatos decorrentes disso, tais como investigações e prisões.

A análise é do tipo *issue-specific* e considera seis variáveis⁸ que correspondem a questões pertinentes ao tema da violência sexual e derivam da definição de enquadramento de Entman. No âmbito da definição do problema, primeiro elemento que compõe o enquadramento, são analisados tópicos, subtópicos e fontes. A variável *tópico* avalia se a violência sexual é apresentada como caso isolado, sem considerar o contexto de recorrência deste tipo de crime, ou se o texto a aproxima da perspectiva feminista de que este tipo de violência é uma instituição de manutenção do patriarcado. Os códigos se relacionam diretamente ao tema da violência sexual contra mulheres. *Subtópico* identifica o tema principal de cada matéria e contribui para verificar se há uma discussão sobre o contexto da violência sexual no país. Os códigos derivam do próprio corpus. Por fim, a variável *fontes* observa quem são os atores sociais a quem as reportagens dão voz, procurando observar também se elas favorecem uma discussão contextualizada do tema. Nesse caso também é o corpus que origina os códigos.

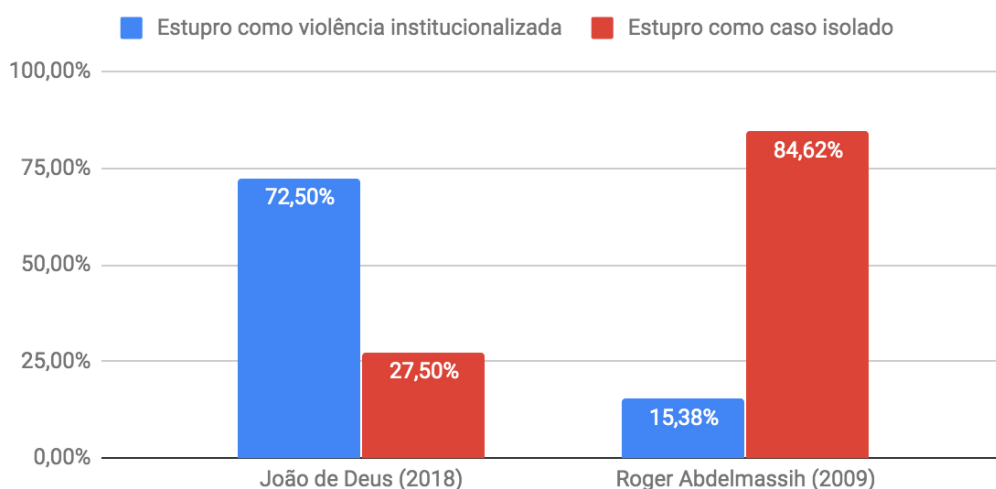
Para identificar a interpretação causal, uma única variável é analisada (*causa*). O mesmo acontece com recomendação de tratamento (*solução*). Ambas as variáveis ajudam a identificar se os textos noticiosos estabelecem alguma relação entre a desigualdade de gênero e a ocorrência da violência sexual contra mulheres. No caso do julgamento moral, uma variável homônima é analisada. A avaliação está especialmente interessada na presença ou ausência de dois códigos estabelecidos a priori: julgamento moral da(s) vítima(s) e do(s) autor (es). Conforme Moura (2014), é por meio de julgamentos morais que ocorre a culpabilização da vítima, transferindo

⁸ Livro de códigos disponível em: <<https://bit.ly/2LdHKUV>>.

para elas a responsabilidade sobre o mal que sofreram. Por outro lado, o julgamento moral dos autores leva a uma interpretação prévia do caráter de um dos dois de forma a justificar (ou não) seus comportamentos. Essa interpretação pode desacreditar denúncias ou contribuir para culpar a vítima, além de afastar a discussão do campo do gênero.

Na análise do *tópico*, os resultados mostram que houve uma mudança na forma como o jornal apresenta o tema – embora ele ainda não trate da violência sexual contra mulheres enquanto problema estrutural (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Definição do problema: tópico



Fonte: As autoras

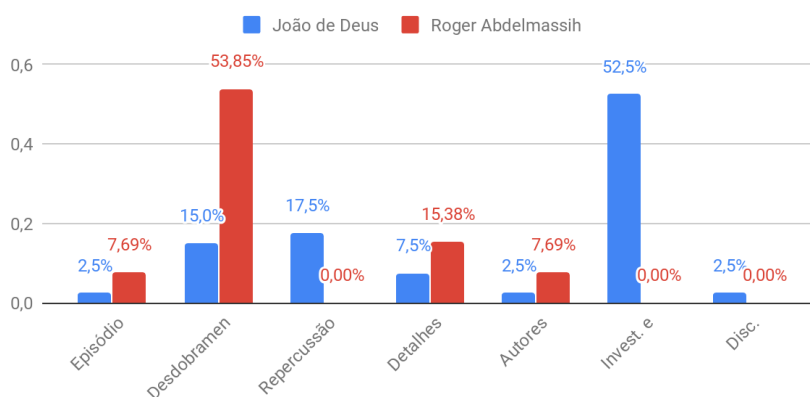
A cobertura do caso João de Deus demonstrou mais preocupação em contextualizar o tema, trazendo, em 72,5% das matérias, pelo menos um parágrafo demonstrando que o problema se estende a mais mulheres – contra 15,38% do caso Abdelmassih. Nas matérias de 2018, frequentemente são citadas quantas vítimas denunciaram os abusos. Além disso, é comum que os textos falem da expectativa de que novas vítimas venham a público a partir da formalização de denúncias e da divulgação da investigação. Por outro lado, em 2009, apesar de haver textos que tratam do número de denúncias e do contexto do caso, o mais comum é que o foco fique em

poucas denúncias, além de haver um espaço significativo para que o acusado não apenas se defenda, mas tente desmoralizar as denunciantes.

Ainda assim, é preciso considerar que essa contextualização do tema nos textos relacionados ao caso João de Deus se deu principalmente por meio do reforço do tamanho do próprio caso. Ao mesmo tempo em que isso reforça ao leitor a dimensão do problema, não oferece uma contextualização mais ampla, de como é uma questão estrutural e não integra apenas um caso, ainda que de grandes proporções.

A variável *subtópico* (Gráfico 2) reitera a ideia de que, mesmo no caso das notícias sobre João de Deus, as coberturas são bastante voltadas para os próprios acontecimentos. É possível perceber isso observando que há apenas um texto que não trata especificamente do caso⁹. Por se tratarem de coberturas voltadas especificamente para as denúncias e investigações do médico e do médium, esperava-se que um número significativo dos textos tratasse das denúncias específicas. Contudo, considerando o esforço feito para a cobertura, principalmente no caso de João de Deus, o fato de haver um único texto dentre 40 escritos que se propõe a tratar do tema mais amplamente mostra que há espaço para novas discussões sobre ele.

Gráfico 2 – **Definição do problema: subtópico**



Fonte: **As autoras**

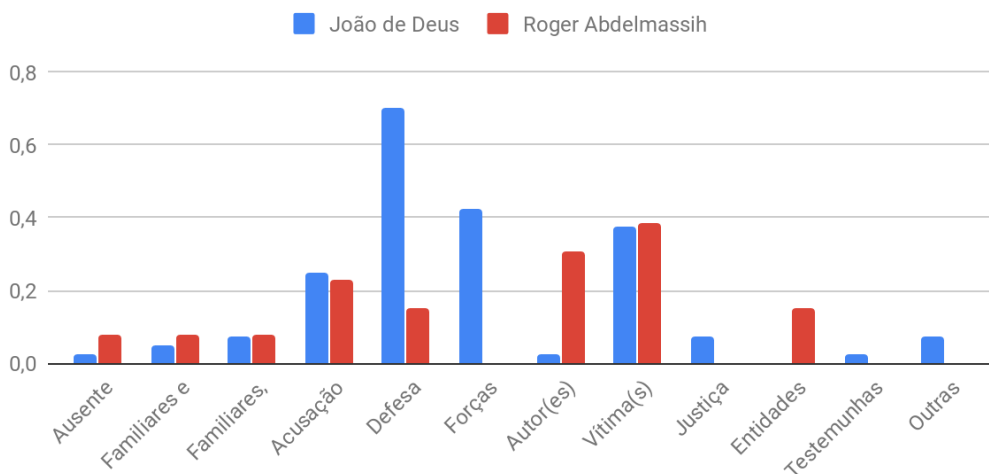
⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/para-lider-de-vitimas-de-padres-relacao-com-deus-e-disfarce-para-abusadores.shtml>>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

É preciso dizer ainda que o texto que aborda o tema da violência sexual de forma mais ampla se trata de uma entrevista com um representante de uma entidade que reúne vítimas de abusos e assédios cometidos por padres e fala principalmente sobre a relação entre a violência sexual e a religião. A entrevista apresenta situações de abuso, assédio e estupro entre líderes religiosos como consequências de uma relação de poder, mas não discorre sobre ela. A única indicação que se tem da forma como o entrevistado percebe quem comete esse tipo de violência é de que se tratam de “pedófilos” ou “pessoas que querem explorar outras”, pois é assim que ele se refere a elas.

A partir desta variável também foi possível perceber a diferença de cobertura midiática nas lógicas impresso/online ganha forma, já que o foco em 2009 ainda era no impresso, o que mudou com o decorrer dos anos. Quando, no caso de Abdelmassih, nenhuma matéria trazia uma cobertura factual das intercorrências jurídicas do caso, João de Deus teve 21 matérias – 52,5% do total. Outra “novidade” foram matérias sobre as repercussões não-jurídicas do caso – quando o texto traz comentários sobre o caso de pessoas/instituições externas – com sete matérias com este enfoque, correspondendo a 17,5% do total. Essas foram as diferenças mais significativas para a variável. Outros *subtópicos* tiveram uma média de correspondência similar.

Para entender a variável *fontes* (Gráfico 3) ouvidas na matéria, retomamos uma reflexão do “Feminicídio: #InvisibilidadeMata” (PRADO E SANEMATSU, 2017), que analisa como esse crime é tratado na imprensa brasileira. Segundo as autoras, um dos principais padrões prejudiciais mencionados no livro é a prevalência de fontes policiais nas matérias, quando poderiam ser ouvidos também promotores e juízes, ou ainda gestores de políticas públicas. Desta maneira, vemos como positiva a pluralidade das fontes especializadas e a inclusão dos depoimentos das vítimas na cobertura.

Gráfico 3 – Definição do problema: fontes

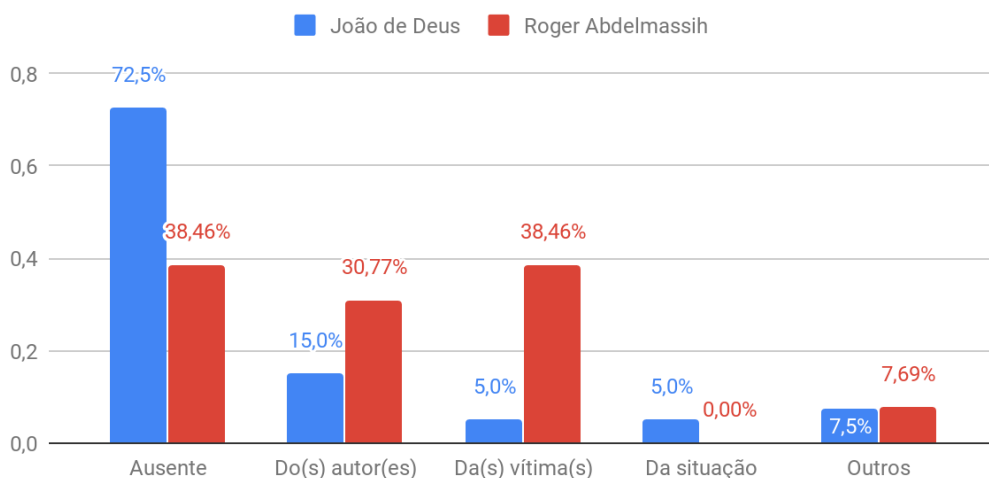


Fonte: As autoras

A maior variação das fontes da cobertura se deu na apresentação da defesa: 15% no caso Abdelmassih e 70% no caso João de Deus embora, no primeiro caso, 30% das matérias continham a fala do próprio acusado, enquanto no segundo isso correspondeu a apenas 2,5% das matérias. Na visibilidade das vítimas, a cobertura também foi parecida: 38,4% e 37,5%, respectivamente, o que não causa uma mudança fundamental no entendimento das matérias. A única diferença substancial foi da voz das forças policiais, que de inexistente em 2009 passou a representar 42,5% das matérias.

Prado e Sanematsu também indicam que um ponto problemático das coberturas jornalísticas de casos de violência contra a mulher é a revitimização. Ela acontece quando a vítima é tida como culpada da violência que sofreu através do reforço de estereótipos sobre papéis de gênero. Buscamos esse tipo de interpretação dos fatos na variável *juízo moral* (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Julgamento moral



Fonte: As autoras

A análise evidenciou a diferença entre as duas coberturas. Em 2009, embora 38,46% dos textos não tenham trazido qualquer julgamento, a mesma quantidade de notícias apresentou julgamentos sobre as vítimas do médico, todos negativos. Em um dos textos, que trata da reação de ex-pacientes às denúncias, traz o seguinte trecho: "Para Tomé, as mulheres que fizeram as acusações podem ter "confundido" o carinho do médico com assédio sexual. 'Ele é afetivo. Vai ver que elas não entenderam direito. Será que não é delírio dessas mulheres, até um desejo oculto?'"¹⁰. Apesar de não configurar uma revitimização, demonstra uma tentativa de desqualificar mulheres que sofreram não só a violência, mas um silenciamento durante vários anos. Nas relações de poder e de confiança, as mulheres sofrem violência dupla, pois além da questão física, também há a emocional. A fragilidade gerada com a quebra de confiança em relações de confiança é uma das razões para que as denúncias não ocorram imediatamente, além dos julgamentos negativos e questionamentos sobre a legitimidade das acusações, conforme mostramos anteriormente.

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1001200917.htm> Acesso em 18 de abril de 2019.

A presença de julgamentos dos autores também é alta: 30,77%. No caso deles, porém, são encontrados tanto positivos quanto negativos. Por outro lado, em 2018, o predomínio é de notícias sem qualquer julgamento moral (72,5%). A análise da variável causa mostra que, em ambos os casos, as coberturas não discorrem sobre os motivos que levam à ocorrência de situações de violência sexual. As causas estão ausentes de 100% dos textos sobre o caso envolvendo Roger Abdelmassih e de 87,5% das notícias que dizem respeito ao caso João de Deus. Essa ausência denota uma superficialidade da cobertura, a qual vai ao encontro dos achados sobre a definição do problema.

Vale notar também que, na cobertura do caso do médium, duas outras causas para as situações são apresentadas em cinco textos: questões pessoais dos autores e negligência da polícia. Ambas as categorias afastam a discussão sobre o tema das questões relacionadas ao gênero e podem ser interpretadas como uma naturalização da violência, seja pela associação da violência a indivíduos que apresentam algum tipo de doença ou condição específica, ou pela crença de que só o policiamento e a repressão podem evitar situações como essas.

A superficialidade na cobertura também é percebida a partir da variável solução, que não aparece em nenhuma notícia sobre Abdelmassih e em 67,5% das que tratam do caso João de Deus. Contudo, 25% dos textos traz a responsabilização dos agressores e 7,5% deles apresenta como a promoção da igualdade de gênero como soluções. Ambas representam passos importantes na mudança de comportamentos para a construção de uma sociedade em que as relações de gênero não se deem por meio de dominação e sinalizam que há espaço para que o jornalismo discuta o tema de forma mais aprofundada.

Considerações finais

A partir da análise do primeiro mês da cobertura dos casos Roger Abdelmassih e João de Deus, este artigo se propôs a identificar os enquadramentos noticiosos para discutir qual realidade a Folha de São Paulo ajuda a construir. Para tal, utilizou-se de uma análise *issue-specific*, a qual foi feita a partir de variáveis derivadas das funções de Entman e relacionadas a questões próprias do tema.

Os resultados mostram que, em ambos os casos, a violência de gênero não é apresentada como uma questão estrutural ou institucionalizada, nem de forma aprofundada. A revitimização também ocorre, o que indica resquícios de crenças e discursos machistas no jornalismo. Contudo, de 2009 para 2018, é possível perceber algumas diferenças, como uma tentativa de contextualizar o caso, mesmo que não da forma mais ampla, de aproximar o tema das discussões sobre gênero e de evitar julgamentos morais, reduzindo assim situações em que as notícias culpabilizam as vítimas ou naturalizam a violência. As mudanças indicam que existe no jornalismo alguma preocupação, mesmo que incipiente, em discutir questões de gênero.

A análise dos elementos nos permite dizer que, tanto em 2009 como em 2018, os enquadramentos dominantes presentes nas coberturas são episódicos, ou seja, não observam um contexto amplo da ocorrência da violência contra a mulher, e frequentemente se restringem a informações específicas do caso.

Contudo, as notícias relacionadas ao caso de João de Deus buscam compor uma seleção de informações que permite ao leitor compreender a gravidade do caso - o que já é um primeiro passo. As matérias conseguem apresentar algum contexto, tratando o caso, desde o princípio, como um que envolve diversas denúncias e incentivando outras vítimas a denunciarem, levando a uma possível mudança de olhar sobre as vítimas que pode

contribuir para o fim do tabu relacionado a situações de violência sexual e do silenciamento das vítimas.

Um primeiro enquadramento, portanto, é a cobertura episódica dos casos, com a preocupação de retomar as informações anteriores para a melhor compreensão da sucessão dos fatos. Outro enquadramento é decorrente da superficialidade dos textos, não se preocupando em retomar as informações dos casos. Este tipo de matéria não apenas foca em pequenos acontecimentos e repercussões de cada caso - frequentemente se restringindo às fontes policiais criticadas por Prado e Sanematsu - mas também não se propõem a discutir a questão da violência sexual. Este enquadramento é mais presente nas matérias do caso de Roger Abdelmassih. Mais uma vez se faz uma ressalva quanto à cobertura sobre o caso João de Deus, que evidencia que há alguma abertura para o aprofundamento das discussões sobre o tema tanto por meio das propostas de pautas (violência sexual & religião), quanto pela aproximação do tema com as questões de gênero.

Como a pesquisa observou apenas a fase inicial da cobertura de dois casos específicos, não é possível afirmar que os enquadramentos encontrados sejam o padrão do veículo. Contudo, eles indicam uma tendência que pode se repetir. Outras pesquisas que observem períodos mais longos e até períodos de cobertura que não estejam ligados a casos específicos podem contribuir para verificá-la.

Outra informação interessante observada pela pesquisa - que não está diretamente relacionada aos objetivos do artigo, mas perpassa por seus resultados - foi a diferença no volume de notícias publicadas nos dois casos. A lógica online levou à necessidade de alimentar os portais dos jornais não apenas com reproduções do que foi publicado nas suas versões impressas. Isso significa que um caso como o de João de Deus é, hoje, mais

aprofundado ou explorado por jornais do que o de Abdelmassih foi dez anos atrás.

Mesmo com o maior volume e mais rapidez na apuração, a cobertura dá os primeiros passos para ser mais responsável no que diz respeito a gênero – que demonstra o impacto do aumento da reivindicação de pautas feministas desde 2013. Essa informação pode servir de subsídio para discussões mais aprofundadas envolvendo a relação entre rotinas de produção, a mentalidade da sociedade e cultura organizacional das empresas na produção da notícia, além de ser possível vislumbrar uma possível absorção das pautas de minorias nas redações de jornais.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil – uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, 2015, p. 103-115.
- DE VREESE, Claes Holger. News framing: theory and typology. **Information Design Journal**, V. 13, n. 1, 2005, p. 51-62.
- DENÚNCIAS seguem carreira. **Folha de S. Paulo**. 18 jun. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/cotidiano/4.html>>. Acesso em 9 de março de 2019.
- ENTMAN, Robert M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal Communication**, v. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.
- EX-PACIENTES duvidam de acusações e defendem comportamento de especialista. **Folha de S. Paulo**. 10 jan. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1001200917.htm>> Acesso em 18 de abril de 2019.
- FACURI, Cláudia de Oliveira; FERNANDES, Arlete Maria dos Santos; OLIVEIRA, Karina Diniz.; ANDRADE, Tiago dos Santos; AZEVEDO, Renata Cruz Soares. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo. **Caderno de Saúde Pública**, v. 29, 2013, p. 889-898.

- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo, 2018.
- GARRETAS, María-Milagros Riveras. **Textos y Espacios de mujeres**. Barcelona: Icaria, 1995.
- GOFFMAN, Ervin. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. Harvard University Press, 1974.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/atlas-da-violencia-2018-ipea-fbsp-2018>>. Acesso em 10 de março de 2019.
- MATTHES, Jörg; KOHRING, Mattias. The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. **Journal of Communication**, n. 58, 2008, p. 258-279.
- MEDICO é investigado por supostos crimes sexuais. **Folha de S. Paulo**. 9 jan. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200925.htm>>. Acesso em 12 de abril de 2019.
- MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012, p. 187-201.
- MONTEIRO, Leili Karine V. L. M. **Estupro na imprensa: o processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S.Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder**. 248 f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MOURA, Clarissa Viana Matos de. **Um emissor e dois enunciadores: A violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde**. 232 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2014.
- PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, v. 10, 1993, p. 55-75.
- PARA líder de vítimas de padres, relação com Deus é disfarce para abusadores. **Folha de S. Paulo**. 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/para-lider-de-vitimas-de-padres-relacao-com-deus-e-disfarce-para-abusadores.shtml>>. Acesso em: 18 de abril de 2019.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu, 2002.

- PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. (Org.) **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.
- RIZZOTTO, Carla Candida; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, 2016, p. 84-95.
- RODRÍGUEZ, Eva Patricia Gil; AYTER, Imma Lloret. **La violencia de género**. Barcelona: UOC, 2007.
- SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SE relatos se confirmarem, caso João de Deus será maior escândalo sexual do país, diz promotor. **O Globo**. 14 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/se-relatos-se-confirmarem-caso-joao-de-deus-sera-maior-escandalo-sexual-do-pais-diz-promotor-23307471>>. Acesso em 9 de abril de 2019.
- TRAQUINA, Nelson. As teorias do jornalismo. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Ed. Insular, 2005. p. 145-204.
- TUCHMAN, Gaye. **Making News: A study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

